



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

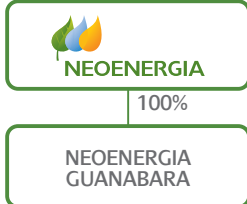
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão terminal Rio - Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227 km, com origem na subestação terminal Rio e término na subestação Lagos; pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão Lagos - Campos 2, em 500kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 101km, com origem na subestação Lagos e término na subestação Campos 2; pela subestação Campos 2 500kV; pelo novo pátio de 500kV na subestação Lagos. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A receita anual permitida (RAP) é de R\$117.000, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos	2	500kV	227	29/09/2023	22/03/2049
LT 500 KV Lagos - Campos 2	2	500kV	101	29/09/2023	22/03/2049

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	3	475.760	623.411
<b>Custos dos serviços</b>		(426.446)	(421.452)
Custos de construção	4	(425.537)	(420.897)
Custos dos serviços	5	(909)	(555)
<b>Lucro bruto</b>		49.314	201.959
Despesas gerais e administrativas		(1.790)	(560)
<b>Lucro operacional</b>		47.524	201.399
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	6	13.033	6.720
Despesas financeiras	6	(39.116)	(10.659)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(36.002)	(1.975)
		(62.085)	(5.914)
<b>(Prejuízo) Lucro antes dos tributos</b>		(14.561)	195.485
<b>Tributos sobre o lucro</b>		4.950	(66.465)
Diferido	7.1.1	4.950	(66.465)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		(9.611)	129.020
<b>(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:</b>	14.2.a	(0,03)	0,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(9.611)	129.020
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(2.132)	(1.307)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	725	444
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	(1.407)	(863)
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	(11.018)	128.157
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	(11.018)	128.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	199.314	7.976	-	151.549	(863)	357.976
Aumento de capital	310.305	-	-	-	-	310.305
Capital integralizado	352	-	-	-	-	352
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.611)	(9.611)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.407)	-	(1.407)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Reserva lucros a realizar	-	-	(9.611)	-	9,611	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	509.971	7.976	-	141.938	(2.270)	657.615
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	145.314	1.525	-	28.980	-	175.819
Aumento de capital	44.444	-	-	-	-	44.444
Capital a integralizar	9.556	-	-	-	-	9.556
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	129.020	129.020
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(863)	-	(863)
<b>Destinação do lucro líquido:</b>						
Reserva legal	-	6.451	-	-	(6,451)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	122,569	-	(122,569)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	199.314	7.976	151.549	(863)	-	357.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão terminal Rio - Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227 km, com origem na subestação terminal Rio e término na subestação Lagos; pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão Lagos - Campos 2, em 500kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 101km, com origem na subestação Lagos e término na subestação Campos 2; pela subestação Campos 2 500kV; pelo novo pátio de 500kV na subestação Lagos. A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2022 e 2021, pelo fato de estar em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A receita anual permitida (RAP) prevista é de R\$117.000 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado dia 22/03/2019. 1.1. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Campos 2	500kV	29/09/2023	22/03/2049	
SE Lagos - pátio novo	500kV	29/09/2023	22/03/2049	

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)¹	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)¹
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos				
LT 500 KV Lagos - Campos 2	53%	420.897	81%	425.537
SE Campos 2				
SE Lagos - pátio novo				

¹ A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$117.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras

Linha de Transmissão	Pro-prieda RAP (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degradação	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos						
LT 500 KV Lagos - Campos 2	100%	117.000	117.000*	2024	Junho	IPCA
SE Campos 2						
SE Lagos - pátio novo						

\* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>	(9.611)	129.020
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	14	8
Tributos sobre o lucro	(4.950)	66.465
Resultado financeiro, líquido	62.085	5.914
<b>Aterações no capital de giro:</b>		
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(501.619)	(679.604)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	(125.677)	188.921
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	778	150
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	48.227	87.612
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(21.071)	(27.652)
Outros ativos e passivos, líquidos	(10.160)	(48.673)
<b>Caixa líquidos consumido nas operações</b>	(561.930)	(277.839)
Encargos de dívidas pagas	(20.992)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(23.753)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	11.479	6.587
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	(595.196)	(271.252)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(851)	(71)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	(851)	(71)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	830.671	273.500
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(562.637)	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	19.137	-
Aumento e integralização de capital	310.657	54.000
Mútuos recebidos	60.860	48.990
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>	658.688	376.490
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	62.641	105.167
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	158.168	53.001
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	220.809	158.168
<b>Transações que não envolveram caixa:</b>		
Adições e atualizações de provisões capitalizadas	21.105	7.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022		2021		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
(+) Receita líquida	475.760	-	623.411	-	(147.651)	-24%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>475.760</b>	<b>623.411</b>	<b>(147.651)</b>	<b>-24%</b>		
(+) Custos de construção	(425.537)	(420.897)	(4.640)	1%		
(+) Custos dos serviços	(909)	(555)	(354)	64%		
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(1.776)	(552)	(1.224)	222%		
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(428.222)</b>	<b>(422.004)</b>	<b>(6.218)</b>	<b>1%</b>		
<b>EBITDA</b>	<b>47.538</b>	<b>201.407</b>	<b>(153.869)</b>	<b>-76%</b>		
(-) Depreciação	(14)	(8)	(6)	75%		
(-) Resultado Financeiro	(62.085)	(5.914)	(56.171)	950%		
(-) IJR/CS	4.950	(66.465)	71.415	-107%		
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>(9.611)</b>	<b>129.020</b>	<b>(138.631)</b>	<b>-107%</b>		

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$475.760 mil, -24% vs. 2021 e -R\$428.222 mil, +1% vs. 2021, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$47.538 mil, redução de 76%, em relação ao ano de 2021.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$62.085 mil em 2022 (+950% vs. 2021). A variação é devida principalmente a contratação de novos financiamentos em 2022 e à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo líquido no ano de 2022 de R\$9.611 mil, uma redução de 107% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$597.091 mil (dívida líquida R\$372.581 mil).

Em dezembro de 2022, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Guanabara, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Guanabara e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Guanabara.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentamos expectativas e projeções da Neoenergia Guanabara sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	220.809	158.168
Instrumentos financeiros derivativos	11.4.a	3.701	5.676
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	4.085	1.220
Outros tributos a recuperar		258	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	63.904	-
Adiantamento a fornecedores		1.178	44.510
Outros ativos circulantes		1.205	143
<b>Total do circulante</b>		295.640	209.717
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	32	-
Depósitos judiciais	12.1.c	61.417	38.216
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	1.321.475	862.655
Imobilizado		616	6
Intangível		134	-
<b>Total do não circulante</b>		1.383.901	901.011
<b>Total do ativo</b>		1.679.541	1.110.728
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	10	73.060	198.720
Empréstimos e financiamentos	11.2	597.091	290.409
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.818	1.040
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	2.608	25.973
Contas a pagar de operações de mútuo	13	60.860	51.556
Outros passivos circulantes		5.929	3.473

**NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**

CNPJ nº 28.438.913/0001-03 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identifica possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	404.426	642.427
Remuneração do ativo contratual	118.298	44.527
Outras receitas	1.529	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>524.253</b>	<b>686.954</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(48.493)	(63.543)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>475.760</b>	<b>623.411</b>

**3.1. Deduções da receita bruta:**

	2022	2021
<b>Tributos gerais</b>		
PIS e COFINS - diferidos	(48.493)	(63.543)
<b>Total</b>	<b>(48.493)</b>	<b>(63.543)</b>

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

**4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO**

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(4.476)	(3.836)
Material	(228.632)	(396.486)
Serviços de terceiros	(161.284)	(14.822)
Outros	(31.145)	(5.753)
<b>Total</b>	<b>(425.537)</b>	<b>(420.897)</b>

**5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	2022		
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(909)	(1.516)	(2.425)
Serviços de terceiros		(154)	(154)
Depreciação e amortização		(14)	(14)
Impostos, taxas e contribuições		(5)	(5)
Outras receitas e despesas, líquidas		(101)	(101)
<b>Total</b>	<b>(909)</b>	<b>(1.790)</b>	<b>(2.699)</b>

	2021		
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(553)	(387)	(940)
Serviços de terceiros		(99)	(99)
Depreciação e amortização		(8)	(8)
Provisão pra processos judiciais		(1)	(1)
Impostos, taxas e contribuições		(8)	(8)
Outras receitas e despesas, líquidas	(2)	(57)	(59)
<b>Total</b>	<b>(555)</b>	<b>(560)</b>	<b>(1.115)</b>

**6. RESULTADO FINANCEIRO**

	2022	2021
<b>Receita financeira</b>		
Renda de aplicações financeiras	11.479	6.587
PIS e COFINS sobre receita financeira	(642)	(328)
Atualização de depósitos judiciais	2.184	459
Outras receitas financeiras	12	2
<b>Total</b>	<b>13.033</b>	<b>6.720</b>

<b>Despesa financeira</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida <sup>(1)</sup>	(29.511)	(8.093)
Encargos sobre mútuo	(9.304)	(2.556)
Outras despesas financeiras	(301)	(10)
<b>Total</b>	<b>(39.116)</b>	<b>(10.659)</b>

<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	(109.495)	(10.513)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	77.969	1.642
Perdas com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.4.b	(104.853)	(2.638)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos - Nota 11.4.b	100.394	9.620
Perdas com variações cambiais e monetárias	(149)	(90)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	132	4
<b>Total</b>	<b>(36.002)</b>	<b>(1.975)</b>

	2022	2021
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(62.085)</b>	<b>(5.914)</b>

<sup>(1)</sup> Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA) e apropriação dos custos de captação.

**7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER**

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
<b>(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>(14.561)</b>	<b>195.485</b>
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	4.951	(66.465)
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	-
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>4.950</b>	<b>(66.465)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Diferido	4.950	(66.465)

**7.1.2. Tributos diferidos:**

	IR/CSLL	2022	2021
Ativo			
Provisão para participação nos lucros e resultados		208	333
Prejuízo fiscal e base negativa		23.968	2.371
Outros		1.193	486
<b>Total diferenças temporárias - ativo</b>		<b>25.369</b>	<b>3.190</b>

<b>Passivo</b>			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(101.529)	(84.925)
<b>Total diferenças temporárias - passivo</b>		<b>(101.529)</b>	<b>(84.925)</b>
<b>Tributos sobre o lucro diferidos, líquido</b>		<b>(76.060)</b>	<b>(81.735)</b>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(81.735)</b>	<b>(15.714)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	4.950	(66.465)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	725	444
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(76.060)</b>	<b>(81.735)</b>

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da rescisão final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2026	2027	Entre 2028 e 2035
Ativo fiscal diferido	2.385	2.024	21.060

**7.1.3. Tributos correntes ativos:**

	2022	2021
Imposto de Renda - IR	4.085	1.213
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	32	7
<b>Ativo</b>	<b>4.117</b>	<b>1.220</b>
Circulante	4.085	1.220
Não circulante	32	-

**7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tribu-

tos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Outros tributos a recolher:**

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	27.786	25.650
Programa de Integração Social - PIS (1)	22.868	14.240
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS (1)	105.348	65.602
Instituto Nacional de Seguridade nacional - INSS	-	51
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.565	197
Outros	226	29
<b>Total outros tributos a recolher</b>	<b>157.793</b>	<b>105.769</b>

	2022	2021
<b>Total outros tributos e encargos setoriais a recolher</b>	<b>157.793</b>	<b>105.769</b>
Circulante	2.608	25.973
Não circulante	155.185	79.796

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

**8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	112.742	92
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	117.123	-
Fundos de investimento	107.944	158.076
<b>Total</b>	<b>220.809</b>	<b>158.168</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% do CDI (99,3% em 31 de dezembro de 2021). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
<b>Carteira Fundos exclusivos</b>		
Operações compromissadas	220.687	158.076
<b>Total</b>	<b>220.687</b>	<b>158.076</b>

**9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)**

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>1.385.379</b>	<b>862.655</b>
Circulante	63.904	-
Não circulante	1.321.475	862.655

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>862.655</b>	<b>175.701</b>
Receita de construção	404.426	642.427
Remuneração do ativo contratual	118.298	44.527
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>1.385.379</b>	<b>862.655</b>

**9.1. Política contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a conta a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

**10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS**

	2022	2021
Materiais e serviços	73.060	198.720
<b>Total</b>	<b>73.060</b>	<b>198.720</b>

Fornece e contas a pagar de empreiteiros 27.711 49.975  
Operações de desconto de títulos 45.349 148.745  
A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para determinadas compras de 45 para 161 dias, em média (161 dias em 2021). Para essas operações, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 14,49% a.a. (14,83% a.a. para 2021). Os juros incorridos no exercício de 2022 no montante de R\$1.981 (R\$2.986 em 2021) foram reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 45.349 (R\$ 148.745 em 31 de dezembro de 2021). **Operações de desconto de título:** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu devedor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 45.349 (R\$ 148.745 em 31 de dezembro de 2021).

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS**

**11.1. Dívida líquida:** A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	597.091	290.409
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>597.091</b>	<b>290.409</b>
(+) Instrumentos financeiros derivativos	(3.701)	(5.676)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(220.809)	(158.168)
<b>Dívida líquida</b>	<b>372.581</b>	<b>126.565</b>

**11.2. Empréstimos e financiamentos:** As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado. A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial. **a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros:**

	2022	2021
<b>Denominados em R\$</b>		
Indexados a taxas flutuantes	279.819	207.655
<b>Total</b>	<b>279.819</b>	<b>207.655</b>

	2022	2021
<b>Denominados em US\$</b>		
Indexados a taxas fixas	317.	

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.913/0001-03 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

15.2. Transações com partes relacionadas:

	Neoenergia e suas subsidiárias	
	2022	2021
Despesas gerais e administrativas (a)	(1.302)	(218)
Resultado financeiro, líquido	(9.304)	(2.556)
	(10.606)	(2.774)

15.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020. (b) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A. com vencimento em dezembro de 2023. 15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022		2021			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	112.865	-	107.944	92	-	158.076
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.701	-	-	5.676	-
Outros ativos financeiros	1.533	-	-	-	-	-
	114.398	3.701	107.944	92	5.676	158.076
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	73.060	-	-	198.720	-	-
Empréstimos e financiamentos	597.091	-	-	290.409	-	-
Outros passivos financeiros	70.990	-	-	56.187	-	-
	741.141	-	-	545.316	-	-

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado.

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 - análise de sensibilidade. 16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"): O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	107.944	158.076
Non-deliverable forwards (NDF)	-	5.676
Instrumentos financeiros derivativos	3.701	-
	111.645	163.752

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. 16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"): Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
	597.091	584.403	290.409	294.491

Empréstimos e financiamentos Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar e fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 16.5. Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. 16.6. Métodos e técnicas de avaliação: Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. 16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos: Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps. Todas as operações de derivativos dos programas de hedge da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge possam ser compensados mutuamente. Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar: Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas

fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 60.972	US\$ 14.839	2023	316.260	81.820
Passivo	R\$ 310.995	R\$ 75.827		(312.559)	(76.144)
				3.701	5.676

Risco de crédito líquido 16.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Exposição (Saldo/ Cenário Provável)	Cotação	Impacto			
					Cenário (II)	Cenário (III)		
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(317.272)	(327.313)	(49.097)	(98.194)	
Swap Ponta Ativa em Dólar					316.260	326.269	48.940	97.881

Exposição Líquida (1.012) (1.044) (157) (313) A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto	
						Cenário (II)	Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	220.687	27.280	(4.092)	(8.184)
<b>Passivos financeiros</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	(279.819)	(41.680)	(6.252)	(12.504)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(312.559)	(46.335)	(6.950)	(13.901)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro	Luciana Maximino Maia
Diretor	Diretora

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 17 de fevereiro de 2022. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3

